

OESP - 30/05/91

Saúde na Amazônia é problema histórico

MÁRCIA TURCATO

BRASÍLIA - A região amazônica não é um lugar para o homem. A observação, do final do século passado, foi feita pelo escritor e engenheiro Euclides da Cunha. O escritor descreveu a migração para a Amazônia como uma "tortura, um esforço vão diante de uma natureza malvada, que só perdoa os que lhe conseguem fugir a tempo".

Quase um século depois, as anotações de Euclides da Cunha conservam a atualidade. As doenças infecto-parasitárias e intestinais atingem milhares de pessoas por falta de saneamento básico. Noventa por cento delas ocorrem na região amazônica, onde apenas 4% da área é servida por rede de esgoto. Apenas no Estado do Amazonas, a malária matou 943 pessoas em 1985, ano em que o Ministério da Saúde editou o último volume da "Estatística de Mortalidade no Brasil".

Agora, soma-se às endemias da região a ameaça da cólera, que já matou 1.537 pessoas no Peru, fronteira com o Brasil, separado apenas pelo Rio Solimões. No País já foram registrados 17 casos da doença, 15 deles na Amazônia.

FORÇAS DA NATUREZA

Em 1910, o epidemiologista Oswaldo Cruz e o médico Carlos Lovelace, confirmariam a impressão provocada no escritor Euclides da Cunha, mas atribuíram à falta de saneamento da região as dificuldades enfrentadas pelos homens, e não à força da natureza. Pouco depois, Oswaldo Cruz e uma equipe de biomédicos foram contratados pelo governo federal para traçar a estratégia de luta contra as epidemias amazônicas.

O epidemiologista Carlos Chagas, que também trabalhou no Norte do País, chegou a declarar: "Do ponto de vista médico, a região permanece ignorada, criando uma tradição de insalubridade que faz da Amazônia uma terra inabitável."

Ao encerrar o trabalho, em relatório publicado em 1913, Oswaldo Cruz recomendou a "intensificação de trabalhos de pesquisa, em medicina experimental, para definir os



Amâncio Chiodi/AF

Igarapé na Amazônia: só 4% da região tem saneamento básico

problemas que aguardam solução". Além das infecções dos aparelhos estomacal e intestinal, o sanitarista registrou grande incidência de lepra, que se mantém até hoje na região, sífilis, malária e casos de cólera.

As medidas sugeridas pelo médico para acabar com diversos males não foram seguidas pelas autoridades. Entre as propostas de Cruz estavam a recomendação de que o governo fizesse campanhas orientando a população para o consumo apenas de água fervida, distribuição de calçado às crianças, construção de fossas sanitárias e o ensino de noções básicas de higiene nas escolas e locais de trabalho.

Passados 76 anos, os atuais sanitaristas insistem nas mesmas medidas, jamais adotadas pelos governantes. Apenas 35% da população brasileira é servida por rede pública de esgoto. Nas periferias dos grandes centros urbanos, somente 27% dos moradores dispõem de água encanada. Entre zero e quatro anos de idade, de cada 10

crianças que vão ao médico, três têm diarreia crônica, afirma a Agência Estado o médico Carlos Alberto Queiroz, da Fundação do Serviço de Saúde Pública, do Ministério da Saúde.

Os projetos de saúde, coordenados pelo governo, com caráter emergencial, como os de vacinação, combate à cólera ou à Aids, por exemplo, não têm mostrado resultado favorável, constata o médico e deputado federal Sérgio Arouca (PCB/RJ).

O sanitarista Oswaldo Cruz, em 1918, fazia exatamente esta observação em relatório enviado ao governo federal: "A sucessão de organismos encarregados ou criados para o saneamento mostra a nocividade dos programas a curto prazo, que geram, inclusive, a descrença geral da população na eficiência das campanhas que comecem hoje para acabar amanhã, na volta de um novo grupo de implantação que, em poucas vezes, deixam raízes nas cidades e vilas por onde passam".